



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO ELETRÔNICO TC Nº 11138/17

CONTROLE DA LEGALIDADE DOS ATOS DE PESSOAL – APOSENTADORIA – PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS – REGULARIDADE DOS CÁLCULOS PROVENTUAIS – ATO EXPEDIDO POR AUTORIDADE COMPETENTE - LEGALIDADE DO ATO APOSENTATÓRIO – CONCESSÃO DO REGISTRO.

**ACÓRDÃO AC1 TC 01121/ 2018**

1. DADOS SOBRE A APOSENTADORIA:
  - 1.1. NATUREZA: **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**
  - 1.2. APOSENTANDO(A):
    - 1.2.1. Nome: **VALÉRIA XAVIER LOPES DE LIMA**
    - 1.2.2. Matrícula: **3493**
    - 1.2.3. Cargo: **Agente Administrativo**
    - 1.2.4. Lotação: **Gabinete do Prefeito**
    - 1.2.5. Tempo de Contribuição: **11.845 dias**
  - 1.3. ATO APOSENTATÓRIO:
    - 1.3.1. Data: **25/04/2017**
    - 1.3.2. Órgão e data de publicação: **Boletim Oficial do Município de Campina Grande de 01 a 30 de abril de 2017**
    - 1.3.3. Autoridade Emitente: **Presidente do IPSEM, Senhor Antônio Hermano de Oliveira.**
2. CONCLUSÕES DA AUDITORIA: **A Auditoria concluiu, após análise de defesa<sup>1</sup> (fls. 165/168), pela regularidade dos cálculos proventuais e legalidade do ato aposentatório, formalizado pela Portaria de fls. 47, merecendo o seu competente registro.**
3. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL: **Oral, na Sessão, pela legalidade da aposentadoria e concessão do registro.**
4. VOTO: **Considerando o relatório da Auditoria e a análise dos autos, concluo que o processo está devidamente instruído, o servidor preencheu todos os requisitos para se aposentar pela regra constante no ato concessório, o qual foi expedido por autoridade competente, e os cálculos proventuais estão corretos, de modo que Voto pela legalidade do ato aposentatório e pela concessão do competente registro.**

***ACORDAM os integrantes da PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA, à unanimidade, na Sessão realizada nesta data, em reconhecer a legalidade do ato aposentatório, expedido por autoridade competente, em favor de servidor apto ao benefício e do correspondente cálculo de proventos, elaborado pelo Órgão de Origem, concedendo-lhe o competente registro.***

Publique-se, intime-se, registre-se e cumpra-se.  
Sala das Sessões da Primeira Câmara do TCE/PB  
Plenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa  
João Pessoa, 24 de maio de 2018.

*jtasm*

<sup>1</sup> A Auditoria havia concluído inicialmente (fls. 55/59) pela notificação do Gestor do IPSEM para encaminhar a legislação que permitiu a incorporação da vantagem CC3 aos proventos da servidora.

Assinado em 30 de Maio de 2018 às 12:17



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**

PRESIDENTE

Assinado em 29 de Maio de 2018 às 14:04



**Cons. Marcos Antonio da Costa**

RELATOR

Assinado em 4 de Junho de 2018 às 10:19



**Manoel Antonio dos Santos Neto**

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO